



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

EDITAL PFDC/MPF nº 10, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a seleção de artigos para compor publicação eletrônica sobre “direito fundamental à segurança pública”.

A **PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (PFDC)**, órgão do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)**, com atribuição de defender, no campo extrajudicial, os direitos constitucionais do cidadão e garantir o seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública, com fundamento na Constituição da República (arts. 37 e 129, dentre outros); na Lei Complementar nº 75/1993 (arts. 5º, 11 a 16, dentre outros); na Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); e na Portaria nº 08/2020/PFDC/MPF (e suas alterações posteriores),

RESOLVE, no âmbito de atuação do seu Grupo de Trabalho "Cidadania e Segurança Pública", abrir **SELEÇÃO DE ARTIGOS** para compor publicação eletrônica sobre o tema “Direito fundamental à segurança pública: desafios para o Ministério Público Federal”, nos seguintes termos:

Objetivo

O processo tem por objetivo selecionar artigos científicos para publicação eletrônica em coletânea digital. O trabalho terá enfoque jurídico, podendo conter, também,

análises próprias de outros campos do conhecimento, complementares ao Direito.

Tema

Os artigos deverão tratar livremente do tema com ênfase nas atribuições da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, destacando-se matérias como: “políticas públicas”, “organização do sistema único de segurança pública”, “violência de Estado”, “planos nacional, estaduais e municipais de segurança pública”, “sistema interamericano de direitos humanos”, “transparência e participação social”, entre outros, com enfoque não necessariamente jurídico.

Requisitos do artigo

Os textos propostos deverão ser submetidos em conformidade com este edital e seu anexo, observando os seguintes requisitos :

- I - um mínimo de 10 (dez) e um máximo de 25 (vinte e cinco) páginas;
- II - título sintético;
- III - indicação do nome do autor, acompanhado de nota de rodapé com *currículum vitae* resumido em um parágrafo, que deverá conter sua atividade profissional e titulação;
- IV - resumo de 100 (cem) a 250 (duzentos e cinquenta) palavras e palavras-chave, ambos em língua portuguesa e inglesa;
- V - o corpo do trabalho deverá ser organizado segundo um encadeamento lógico, contendo sumário, introdução, desenvolvimento, conclusões e referências bibliográficas, além de respeitar as normas da ABNT;
- VI - tabelas, figuras e gráficos, caso existentes, deverão ser numerados sequencialmente por todo o texto.

Critérios de seleção

Serão aceitos textos inéditos, textos não inéditos porém atualizados, adaptações de

monografias e resumos de dissertações ou teses. Na seleção dos textos, serão observados critérios de relevância institucional para a atuação do Ministério Público Federal, consistência e rigor científico, atualização temática e bibliográfica, contribuição para o campo de conhecimento e adequação aos requisitos deste edital e seu anexo.

Prazo e procedimento de submissão

O prazo para a submissão dos artigos se encerrará em 1º de dezembro de 2026. Os textos deverão ser enviados para o endereço eletrônico (e-mail) da PFDC/MPF (pfdc@mpf.mp.br) em formato .odt ou .doc, indicando-se no título/assunto da mensagem “Edital PFDC nº 10/2026 – Direito Fundamental à segurança pública”.

Procedimento de seleção

Os artigos serão avaliados e selecionados pela PFDC, até o dia 31 de janeiro de 2027, por comissão com os seguintes membros: Julio José Araujo Junior, Polireda Madaly Bezerra de Medeiros e Paulo Gilberto Cogo Leivas. O resultado da deliberação será comunicado via e-mail a todas as pessoas candidatas pela Secretaria-Executiva da PFDC/MPF.

Disposições gerais

Os autores deverão, na apresentação do artigo, encaminhar à PFDC/MPF (pfdc@mpf.mp.br), devidamente preenchido e assinado, o formulário de “Cessão de direitos autorais e Autorização para publicação em meio eletrônico”, conforme modelo anexo.

Os direitos de publicação dos artigos selecionados serão reservados à PFDC/MPF. A publicação dos textos não implicará remuneração a seus autores ou qualquer outro encargo atribuído à PFDC/MPF.

Eventuais dúvidas de interpretação das normas deste edital poderão ser enviadas à PFDC/MPF pelo e-mail pfdc@mpf.mp.br, e serão dirimidas pelo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

Cronograma

ETAPAS	PRAZOS
Apresentação de artigos	até 1º de dezembro de 2026
Análise dos artigos pela PFDC/MPF	até 31 de janeiro de 2026
Divulgação dos artigos selecionados	a partir de 1º de março de 2027
Lançamento da publicação	Maio de 2027

Encaminhe-se cópia do presente Edital à Secretaria de Comunicação do Ministério Público Federal (SECOM/MPF), com solicitação de sua ampla divulgação.

Publique-se.

Paulo Thadeu Gomes da Silva
Procurador Federal dos Direitos do Cidadão

Julio José Araújo Junior
Comissão "Cidadania e Segurança Pública"
Coordenador



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

Anexo ao Edital PFDC/MPF nº 10, de 02 de SETEMBRO de 2026.

ESPECIFICAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Este anexo contém especificações e orientações sobre os critérios exigidos pelo Edital PFDC nº 10, de 02 de setembro de 2026, para submissão de artigos.

1 Configuração do texto

A página do original deverá estar configurada para papel A4, com margens superior e inferior de 2,5 cm e direita e esquerda de 3,0 cm. O texto deverá ser digitado em fonte arial regular, corpo 12, com espaço simples entre as linhas e recuo de parágrafo de 0,8 cm.

2 Títulos

Os títulos devem ser sucintos, não excedendo a 2 linhas. A mesma regra aplica-se aos subtítulos e intertítulos ao longo do corpo de texto. Deverá ser evitada a subdivisão excessiva do texto, admitindo-se o máximo de intertítulos de quarta ordem (p.ex., 1.1.1.1).

3 Minicurrículo do autor

O minicurrículo deverá ser apresentado em nota de rodapé (a primeira do texto, anunciada junto ao nome do autor abaixo do título). Deverá conter somente a titulação acadêmica e a ocupação profissional mais atual na primeira nota de rodapé. Exemplo: Fulano de Tal é mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em Direito Tributário pela USP, procurador da República e professor da Universidade de Brasília.

4 Epígrafes

As epígrafes são elementos opcionais nas publicações; caso sejam utilizadas, devem ser grafadas no início do texto ou do capítulo.

5 Resumos e palavras-chave

O artigo deverá conter resumo e palavras-chave em língua portuguesa e inglesa. Tanto o resumo quanto o abstract deverão ter, conforme a NBR 6028, de 100 a 250 palavras. As palavras-chave e keywords não deverão exceder a 8 termos.

6 Dos destaques – recurso gráfico

Todos os destaques deverão ser digitados em itálico. Não usar negrito, sublinhado ou caixa alta (maiúscula) como destaque. Utilizar negrito apenas nos títulos e subtítulos e nos títulos de obras.

7 Citações, notas de rodapé e referências bibliográficas

As transcrições com até três linhas deverão estar entre aspas (item 5.2 da NBR 10520). Aquelas com mais de três linhas deverão ser digitadas com recuo de 4 cm à esquerda e alinhamento justificado, em fonte arial regular, corpo 11, sem aspas (item 5.3 da NBR 10520). O itálico deverá ser utilizado apenas nos destaques e nas palavras de língua estrangeira. As citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data (item 6.3 da NBR 10520). As notas de rodapé deverão ser numeradas em algarismos arábicos, de ordem única e consecutiva. As referências bibliográficas deverão estar uniformizadas de acordo com as Normas da ABNT – NBR 6023, listadas somente no final do artigo, em ordem alfabética, indicando os títulos das obras em negrito

8 Figuras, tabelas e gráficos

Tabelas, figuras e gráficos deverão ser numerados sequencialmente por todo o texto.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação. Referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação. Citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Biblioteca. Publicações oficiais brasileiras: guia para editoração. Brasília: Presidência da República, 2010.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

**TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA
PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO**

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF nº _____, na condição legal de autor(a)/detentor(a) dos direitos autorais do artigo intitulado _____, cedo, por meio do presente Termo, ao Ministério Público Federal - MPF, CNPJ nº 26.989.715/00050-90, os direitos autorais referentes ao artigo supramencionado, com fundamento nos artigos 28 a 33 da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), para a finalidade específica de compor publicação eletrônica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sobre segurança pública ("Direito fundamental à segurança pública: desafios para o Ministério Público Federal") e eventual compartilhamento de conteúdo a outros órgãos da Administração Pública.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura

Nome